



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

Comissão de Legislação Participativa

AUTOR:

CONSELHO DE DEFESA SOCIAL DE ESTRELA DO
SUL - CONDESESUL

DATA DE ENTREGA

18/05/2011

EMENTA:

Sugere Projeto de Lei que dispõe sobre a criação de regras para a fixação de dano moral.

DISTRIBUIÇÃO/REDISTRIBUIÇÃO/VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

PARECER:

DATA DE SAÍDA



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 12/2011
CADASTRO DA ENTIDADE

Denominação: Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul -
CONDESESUL

CNPJ: 03.005.604/0001-19

Tipos de Entidades: () Associação () Federação () Sindicato
() ONG (**X**) Outros (CONSELHO)

Endereço: Rua Francisco de Vasconcelos, 125 e Rua Iraí de Minas,
s/nº, Centro

Cidade: Estrela do Sul **Estado:** MG **CEP:** 38.525-000

Fone: (34) 3843.1317 / 3843.1397 / 1141 **Fax:** (34) 3843-1317

Correio-eletrônico: andreluis_melo@yahoo.com

Responsáveis: Presidente Zoilda da Paz

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a documentação especificada nos Incisos "I" e "II" do art. 2º do Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa, do Conselho supramencionado, encontra-se regularizada até a presente data e arquivada nesta Comissão à disposição de qualquer interessado.

Brasília, 18 de maio de 2011.

Cláudio Ribeiro Paes
Secretária da Comissão, em exercício

Sugestão de Projeto de Lei

Estipula regras para a fixação de dano moral

Art. 1º. Na fixação de dano moral o juiz deverá especificar separadamente na sentença o valor correspondente à reparação do dano provocado e o valor com caráter punitivo.

Parágrafo único: o quantum referente ao aspecto punitivo será destinado ao Fundo de Combate à Pobreza ou outro de natureza coletiva.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

A questão do dano moral ainda carece de uma regulamentação específica. No entanto, é importante combater a indústria do dano moral, bem como o enriquecimento ilícito por parte de alguns.

A proposta não limita a atividade judicial, apenas assegura a ampla defesa ao estipular que o juiz deve especificar a parte referente à indenização e a parte referente ao aspecto punitivo. Este último não pertence ao patrimônio do autor da ação, pois não é indenizatório. Ademais, a parte condenada poderá questionar os valores, o que hoje torna-se praticamente impossível de forma objetiva.

Dessa forma, em um país social e que exige a solidariedade não se propõe a impunidade, mas sim que o valor referente ao aspecto punitivo vá para um fundo coletivo.